

PROJETO DE LEI Nº /2023
(Do Sr. Gilson Daniel)

Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União às vítimas dos ataques violentos nas escolas, bem como aos familiares das vítimas, em casos de óbito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União às vítimas dos ataques violentos nas escolas, bem como aos familiares das vítimas, em casos de óbito.

Art. 2º A compensação financeira de que trata esta Lei será concedida:

I- às vítimas de ataques violentos nas escolas:

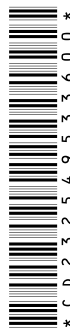
- a) os profissionais da educação que ficarem incapacitados permanentemente para o trabalho em decorrência das lesões sofridas pelo ataque violento;
- b) os alunos com lesões graves e gravíssimas;
- c) os profissionais da educação que vierem a óbito por decorrência dos ataques violentos cometidos nas escolas.
- d) os alunos que vierem à óbito em decorrência dos ataques violentos cometidos nas escolas.

II – aos familiares das vítimas:

- a) os cônjuges ou companheiro, os dependentes e os herdeiros necessários do profissional ou trabalhador da educação que, tenha falecido em decorrência das lesões sofridas pelo ataque violento.
- b) os pais ou os responsáveis pela guarda dos alunos que tenha falecido em decorrência das lesões sofridas pelo ataque violento, conforme estabelecido pelo art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

Parágrafo Único: A concessão da compensação financeira nas hipóteses de que tratam as alíneas 'a' e 'b' do incisos I deste artigo estará sujeita à avaliação de perícia médica realizada por servidores integrantes da carreira de Perito Médico Federal.

Art. 3º A compensação financeira de que trata esta Lei será composta de:



I – 1 (uma) única prestação em valor fixo de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, devida ao profissional ou trabalhador da educação incapacitado permanentemente para o trabalho ou, em caso de óbito deste, ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, sujeita, nesta hipótese, a rateio entre os beneficiários;

II – 1 (uma) única prestação de valor variável devida a cada um dos dependentes menores de 21 (vinte e um) anos, ou 24 (vinte e quatro) anos se cursando curso superior, do profissional ou trabalhador da educação falecido, cujo valor será calculado mediante a multiplicação da **quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** pelo número de anos inteiros e incompletos que faltarem para cada um deles, na data do óbito do profissional ou trabalhador da educação, para atingir a idade de 21 (vinte e um) anos completos, ou 24 (vinte e quatro) anos se cursando curso superior.

III - 1 (uma) única prestação em valor fixo de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, devida aos pais ou os responsáveis pela guarda dos alunos que tenha falecido em decorrência das lesões sofridas pelo ataque violento, conforme estabelecido pelo art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º A prestação variável de que trata o inciso II do *caput* deste artigo será devida aos dependentes com deficiência do profissional ou trabalhador da educação falecido, independentemente da idade, no valor resultante da multiplicação da **quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** pelo número mínimo de 5 (cinco) anos.

§ 2º No caso de óbito do profissional ou trabalhador da educação, se houver mais de uma pessoa a ser beneficiada, a compensação financeira de que trata o inciso I do *caput* deste artigo será destinada, mediante o respectivo rateio em partes iguais, ao cônjuge ou companheiro e a cada um dos dependentes e herdeiros necessários.

§ 3º A integralidade da compensação financeira, considerada a soma das parcelas devidas, quando for o caso, será dividida, para o fim de pagamento, em 3 (três) parcelas mensais e sucessivas de igual valor.

§ 4º Nos casos de óbito será agregado o valor relativo às despesas de funeral à compensação financeira de que trata o inciso I do *caput* deste artigo, na forma disposta em regulamento.

Art. 4º A compensação financeira de que trata esta Lei será concedida após a análise e o deferimento de requerimento com esse objetivo dirigido ao órgão competente, na forma de regulamento.

Art. 5º A compensação financeira de que trata esta Lei possui natureza indenizatória e não poderá constituir base de cálculo para a incidência de imposto de renda ou de contribuição previdenciária.



Parágrafo único. O recebimento da compensação financeira de que trata esta Lei não prejudica o direito ao recebimento de benefícios previdenciários ou assistenciais previstos em lei.

Art. 6º A compensação financeira de que trata esta Lei será paga pelo órgão competente para sua administração e concessão com recursos do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. O Tesouro Nacional colocará à disposição do órgão a que se refere o *caput* deste artigo, à conta de dotações próprias consignadas no orçamento da União, os recursos necessários ao pagamento das compensações financeiras de acordo com a programação financeira da União.

Art.7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Recentemente, a escola estadual de São Paulo, Thomázia Montoro, foi alvo de um massacre premeditado por um adolescente de 13 anos que esfaqueou e matou uma professora de 71 anos de idade e deixou outras 3 pessoas feridas.

No depoimento, ele contou ao delegado que se inspirou em outros massacres ocorridos em escolas, principalmente no Massacre de Suzano, em março de 2019, no qual dois estudantes mataram sete pessoas e depois se suicidaram. No ataque, o adolescente usava uma máscara de caveira semelhante à utilizada pelos assassinos naquele atentado.

Oito dias depois dessa tragédia, uma creche em Blumenau – Santa Catarina foi vítima de um atentado cometido por um homem de 25 anos que armado com uma machadinha, matou quatro crianças e deixou outras cinco feridas.

No final do mês de novembro de 2022, o município de Aracruz no Espírito Santo também foi alvo desse tipo de violência: um adolescente de 16 anos armado invadiu duas escolas e abriu fogo contra alunos e professores. Quatro pessoas morreram e 12 ficaram feridas. O atirador, que foi apreendido é filho de um tenente da Polícia Militar.

Infelizmente, atentados como estes têm sido cada vez mais frequentes no Brasil. Estamos diante de um fato notório da incapacidade do Estado de garantir a integridade física e a vida dos profissionais da educação e dos alunos.



O objetivo da presente proposição é garantir um apoio financeiro imediato, na forma de indenização, para as vítimas e para as famílias atingidas por estes massacres, que servirão, em um primeiro momento, para o custeio de despesas médicas e emergenciais.

Tal medida se faz necessária para promover a segurança jurídica às essas vítimas, que apesar de todo o acolhimento, assistência e comoção nacional, meses após à tragédia se veem abandonadas, carentes de apoio institucional e incapaz de superar o trauma sofrido.

A compensação financeira em questão não tem natureza de benefício previdenciário ou remuneratório, mas de indenização, e a lei não restringe seus beneficiários aos servidores públicos federais. Segundo ela, a norma abrange todos os profissionais da educação, dos setores público e privado, de todos os entes da Federação, sem tratar de regime jurídico de servidores da União nem alterar atribuições de órgãos da administração pública federal. Nesses casos, de acordo com a jurisprudência consolidada do Supremo, não há ofensa à competência privativa do chefe do Poder Executivo.

A criação de compensação financeira a grupo severamente atingido por massacres nas escolas não constitui, salvo melhor juízo, despesa de caráter continuado. Portanto, não causa desequilíbrio permanente nas contas públicas por não se prolongar no tempo.

A nossa intenção não é medir quanto vale uma vida, trata-se, enfim, de uma compensação mínima e imediata capaz de promover dignidade às vítimas dos massacres cometidos em ambiente escolar. Por isso, consignamos aqui também o nosso compromisso de continuar buscando alternativas e soluções que possam garantir a segurança tanto dos profissionais da educação, quanto dos alunos em ambiente escolar.

Por fim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição que garantirá um apoio financeiro imediato às vítimas dos ataques violentos nas escolas, bem como aos familiares das vítimas, em casos de óbito.

Sala das Sessões, abril de 2023.

Deputado **GILSON DANIEL**
PODE/ES

